

**CERTIDÃO DE CONDENAÇÃO Nº 609/2022**

- 1 - **PROCESSO:** 828645-5/16
- 2 - **ASSUNTO:** APLICAÇÃO DE MULTA
- 3 - **RESPONSÁVEL:** LINCOLN THOMAZ DA SILVEIRA
- 4 - **UNIDADE:** PREFEITURA NITERÓI
- 5 - **NATUREZA:** RELATÓRIO DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL - AUDITORIA DE CONFORMIDADE - ORDINÁRIA
- 6 - **RELATOR:** RODRIGO MELO DO NASCIMENTO
- 7 - **REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** VITTORIO CONSTANTINO PROVINENZA
- 8 - **ÓRGÃO DECISÓRIO:** Plenário
- 9 - **ACÓRDÃO:** 77893/2022-PLEN
- 10 - **ÓRGÃO DE INSTRUÇÃO:** 1ª CAO - 1ª COORDENADORIA DE AUDITORIA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
- 11 - **CONDENAÇÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Tomada de Contas Especial Ex Offício decorrente de Auditoria Governamental Ordinária, na modalidade Conformidade, realizada na Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento (Emusa) no período de 08/06/2016 a 18/11/2016, com o objetivo de fiscalizar a execução do Contrato nº 51/2014, cujo objeto é a implantação, no Município de Niterói, do BRT "Bus Rapid Transit" Transoceanica Charitas - Engenho do Mato;

Considerando a apuração de dano ao erário municipal, no valor de 1.174.795,77 UFIR-RJ, em face das irregularidades descritas no Achado 4, Situação 5, itens "r" e "v", do Relatório de Auditoria;

Considerando que foram observadas as garantias constitucionais e regimentais do contraditório e da ampla defesa previstas no art. 5, inciso LV, da Constituição Federal e art. 68 da Lei Complementar nº 63/90;

Considerando que o Regimento Interno desta Corte em vigor exige que a aplicação de multa seja formalizada por meio de Certidão de Condenação, nos termos do seu art. 115, § 3º, inciso II;

**CERTIFICA-SE** que os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, reunidos em Sessão Plenária Ordinária, deliberaram por:

**APLICAR MULTA** ao Sr. Lincoln Thomaz da Silveira, com fulcro no art. 62 c/c art. 65 da Lei Complementar nº 63/90, no valor de 1% do débito que lhe foi imputado, equivalente a 11.747,96 UFIR-RJ, a ser recolhido com recursos próprios ao erário municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo o responsável comprovar o recolhimento junto a esta Corte, e ficando, desde já, determinada a **COBRANÇA EXECUTIVA**, inclusive a Expedição de Ofício ao titular do órgão competente para proceder à inscrição na dívida ativa, nos termos da Deliberação TCE-RJ nº 267/16, caso a multa não venha a ser recolhida no prazo legal.

12- **ATA Nº:** 16

13 - **DATA DA SESSÃO:** 18/05/2022

14 - **PRESIDENTE:** RODRIGO MELO DO NASCIMENTO

15 - **REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS NA SESSÃO:** HENRIQUE CUNHA DE LIMA

**SIMONE AMORIM COUTO**  
Subsecretária das Sessões

Id: 2399753

**CERTIDÃO DE CONDENAÇÃO Nº 610/2022**

- 1 - **PROCESSO:** 217337-6/09
- 2 - **ASSUNTO:** IMPUTAÇÃO DE DÉBITO
- 3 - **RESPONSÁVEL:** PAULO SÉRGIO DO CANTO CYRILLO
- 4 - **UNIDADE:** PREFEITURA BOM JESUS DO ITABAPOANA
- 5 - **NATUREZA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDENADOR DE DESPESA
- 6 - **RELATOR:** ANDREA SIQUEIRA MARTINS
- 7 - **REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** SERGIO PAULO DE ABREU MARTINS TEIXEIRA
- 8 - **ÓRGÃO DECISÓRIO:** Plenário
- 9 - **ACÓRDÃO:** 77877/2022-PLEN
- 10 - **ÓRGÃO DE INSTRUÇÃO:** 1ª CAC - 1ª COORDENADORIA DE AUDITORIA DE CONTAS
- 11 - **CONDENAÇÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Prestações de Contas de Prefeitos ordenadores de despesa, tendo ocorrido o recebimento de remuneração pelo prefeito do município de Bom Jesus do Itabapoana, Sr. Paulo Sérgio do Canto Cyrillo, no período de 01.01.2008 a 08.05.2008, em desacordo com os parâmetros legais.

Considerando as conclusões apresentadas pelo Corpo Instrutivo, em instrução de 06.07.2021;

Considerando o parecer do Ministério Público Especial junto ao TCE/RJ, elaborado pelo ilustre Procurador Sérgio Paulo de Abreu Martins Teixeira, declarando sua adesão parcial às conclusões do Corpo Instrutivo, em seu parecer de 09.07.2021;

Considerando que foi assegurado ao responsável o exercício da ampla defesa, garantida pelo inciso LV, do art. 5º, da CRFB/88;

Considerando que a marcha processual se deu em perfeita sintonia com o princípio do devido processo legal e, bem assim, de seus correlários, dentre os quais se destacam os princípios do contraditório e da ampla defesa;

Considerando, por fim, que o artigo 115, IV, a, do Regimento Interno desta Corte de Contas, alterado pela Deliberação TCE/RJ nº 292 de 22.05.2018, exige a condenação do responsável em débito através de Acórdão;

**CERTIFICA-SE** que os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, reunidos em Sessão Plenária Ordinária, deliberaram:

**CONDENAR EM DÉBITO** o Sr. Paulo Sérgio do Canto Cyrillo, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Itabapoana no período de 01.01.2008 a 08.05.2008 e Ordenador de Despesas responsável pelas presentes contas, no valor de R\$ 62.796,10 (sessenta e dois mil, setecentos e noventa e seis reais e dez centavos), equivalentes a 15.347,94 vezes o valor UFIR/RJ, atualizado nesta data pela UFIR/RJ-2022 (4,0915), com base no artigo 23, caput, da Lei Complementar nº 63/90, devendo ser recolhido, ao erário municipal, comprovando a este Tribunal o seu pagamento no prazo legal. **DETERMINANDO-SE**, desde já, a **COBRANÇA EXECUTIVA**, inclusive a expedição de ofício ao Titular do Órgão competente para proceder à inscrição em dívida ativa municipal, caso o presente débito não venha a ser recolhido no prazo fixado, nos termos da Deliberação TCE/RJ nº 267/16.

12- **ATA Nº:** 16

13 - **DATA DA SESSÃO:** 18/05/2022

14 - **PRESIDENTE:** RODRIGO MELO DO NASCIMENTO

15 - **REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS NA SESSÃO:** HENRIQUE CUNHA DE LIMA

**SIMONE AMORIM COUTO**  
Subsecretária das Sessões

Id: 2399754

**CERTIDÃO DE CONDENAÇÃO Nº 612/2022**

- 1 - **PROCESSO:** 800982-1/16
- 2 - **ASSUNTO:** IRREGULARIDADE
- 3 - **RESPONSÁVEL:** ORQUESTRANDO A VIDA-ORAVI
- 4 - **UNIDADE:** FUNDAÇÃO T M TRIANON DE CAMPOS GOYTACAZES
- 5 - **NATUREZA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS SUBVENÇÃO E AUXÍLIO
- 6 - **RELATOR:** MARIANNA MONTEBELLO WILLEMAN
- 7 - **REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** HENRIQUE CUNHA DE LIMA
- 8 - **ÓRGÃO DECISÓRIO:** PLENÁRIO VIRTUAL
- 9 - **ACÓRDÃO:** 77951/2022-PLENV
- 10 - **ÓRGÃO DE INSTRUÇÃO:** CAC-GESTÃO - COORDENADORIA DE AUDITORIA DE CONTAS DE GESTÃO
- 11 - **CONDENAÇÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que versam sobre a prestação de contas da aplicação dos recursos concedidos em 2012 e 2013 pela Fundação Teatro Municipal Trianon de Campos dos Goytacazes à entidade Orquestrando a Vida - ORAVI, no valor de R\$ 3.202.298,001, a título de subvenção social, tendo como objetivo a criação e manutenção da orquestra e coro do município de Campos dos Goytacazes, conforme assevera o Termo de Convênio nº 002/2012, celebrado entre as partes;

Considerando as conclusões apresentadas pelo corpo instrutivo;

Considerando a manifestação do Ministério Público;

Considerando que a responsável deu causa ao débito apurado no valor de 49.794.2325 UFIR-RJ;

Considerando que a responsável, regularmente citada, se quedou inerte;

Considerando que a conduta praticada sujeita a responsável à irregularidade das contas, conforme disposto no artigo 20, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 63, de 1990 - Lei Orgânica deste Tribunal de Contas;

**CERTIFICA-SE** que os membros do Corpo Deliberativo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, reunidos em Sessão Plenária, deliberaram por:

**JULGAR IRREGULARES AS CONTAS** prestadas pela **ORQUESTRANDO A VIDA - ORAVI** (CNPJ N. 06.988.672/0001-33), por subvenção social concedida pela Fundação Teatro Municipal Trianon de Campos dos Goytacazes, referente ao Termo de Convênio nº 002/2012 e termos aditivos, com fulcro no art. 20, inciso III, alínea "b" c/c o art.6º, inciso XIII, ambos da Lei Complementar nº 63, de 1990.

12- **ATA Nº:** 17

13 - **DATA DA SESSÃO:** 16/05/2022

14 - **PRESIDENTE:** RODRIGO MELO DO NASCIMENTO

15 - **REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS NA SESSÃO:** HENRIQUE CUNHA DE LIMA

**SIMONE AMORIM COUTO**  
Subsecretária das Sessões

Id: 2399724

**CERTIDÃO DE CONDENAÇÃO Nº 613/2022**

- 1 - **PROCESSO:** 800982-1/16
- 2 - **ASSUNTO:** IMPUTAÇÃO DE DÉBITO
- 3 - **RESPONSÁVEL:** ORQUESTRANDO A VIDA-ORAVI
- 4 - **UNIDADE:** FUNDAÇÃO T M TRIANON DE CAMPOS GOYTACAZES
- 5 - **NATUREZA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS SUBVENÇÃO E AUXÍLIO
- 6 - **RELATOR:** MARIANNA MONTEBELLO WILLEMAN
- 7 - **REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** HENRIQUE CUNHA DE LIMA
- 8 - **ÓRGÃO DECISÓRIO:** PLENÁRIO VIRTUAL
- 9 - **ACÓRDÃO:** 77951/2022-PLENV
- 10 - **ÓRGÃO DE INSTRUÇÃO:** CAC - GESTÃO - COORDENADORIA DE AUDITORIA DE CONTAS DE GESTÃO
- 11 - **CONDENAÇÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que versam sobre a prestação de contas da aplicação dos recursos concedidos em 2012 e 2013 pela Fundação Teatro Municipal Trianon de Campos dos Goytacazes à entidade Orquestrando a Vida - ORAVI, no valor de R\$ 3.202.298,001, a título de subvenção social, tendo como objetivo a criação e

manutenção da orquestra e coro do município de Campos dos Goytacazes, conforme assevera o Termo de Convênio nº 002/2012, celebrado entre as partes;

Considerando as conclusões apresentadas pelo corpo instrutivo;

Considerando a manifestação do Ministério Público;

Considerando que a responsável deu causa ao débito apurado no valor de 49.794.2325 UFIR-RJ;

Considerando que a responsável, regularmente citada, se quedou inerte;

Considerando que a conduta praticada sujeita a responsável à condenação em débito, conforme disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 63 de 1990 - Lei Orgânica deste Tribunal de Contas;

**CERTIFICA-SE** que os membros do Corpo Deliberativo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, reunidos em Sessão Plenária, deliberaram por:

**CONDENAR EM DÉBITO**, a entidade **ORQUESTRANDO A VIDA - ORAVI** (CNPJ nº 06.988.672/0001-33), no valor de **49.794.2325 UFIR-RJ**, com fulcro no art. 23 da Lei Complementar nº 63/90, **DETERMINANDO-SE**, desde logo, a **COBRANÇA JUDICIAL**, nos termos do art. 3º Deliberação TCE-RJ nº 267/16, inclusive com a expedição de ofício à respectiva Procuradoria, no caso de ausência de manifestação do responsável, e a continuidade do processo no que se refere ao aguardo do recolhimento do débito, consoante o disposto no art. 32, II, do Regimento Interno deste Tribunal, observado o procedimento recursal.

12- **ATA Nº:** 17

13 - **DATA DA SESSÃO:** 16/05/2022

14 - **PRESIDENTE:** RODRIGO MELO DO NASCIMENTO

15 - **REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS NA SESSÃO:** HENRIQUE CUNHA DE LIMA

**SIMONE AMORIM COUTO**  
Subsecretária das Sessões

Id: 2399725

**CERTIDÃO DE CONDENAÇÃO Nº 646/2022**

- 1 - **PROCESSO:** 205481-6/17
- 2 - **ASSUNTO:** APLICAÇÃO DE MULTA
- 3 - **RESPONSÁVEL:** RODOLFO RENAN DE QUEIROZ ALMEIDA
- 4 - **UNIDADE:** FUNDO MUN DE SAÚDE DE LAJE DO MURIAÉ
- 5 - **NATUREZA:** CONTRATO DE COMPRAS PROC ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 6 - **RELATOR:** RODRIGO MELO DO NASCIMENTO
- 7 - **REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** ALINE PIRES CARVALHO ASSUF
- 8 - **ÓRGÃO DECISÓRIO:** PLENÁRIO VIRTUAL
- 9 - **ACÓRDÃO:** 80012/2022-PLENV
- 10 - **ÓRGÃO DE INSTRUÇÃO:** 2ª CAM - 2ª COORDENADORIA DE AUDITORIA MUNICIPAL
- 11 - **CONDENAÇÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Ata de Registro de Preços nº 012/2016, decorrente do Edital de Pregão Presencial nº 34/2016 (Processo Administrativo nº 7772/2016), formalizada em 22/12/2016, entre a Prefeitura Municipal de Laje do Muriaé e a empresa Lucimar Silva Freitas ME, tendo por objeto a aquisição de material de limpeza e higiene para atender as necessidades do Hospital Municipal e demais Secretarias, pelo prazo de 12 (doze) meses, no valor de R\$ 176.008,64 , e;

Considerando as irregularidades apuradas neste processo, que resultaram na nulificação do responsável para apresentação de razões de defesa;

Considerando que o Sr. Rodolfo Renan de Queiroz Almeida, Secretário Municipal de Saúde à época, foi validamente notificado para apresentar razões de defesa quanto aos fatos a ele atribuídos;

Considerando as conclusões apresentadas pelo Corpo Instrutivo e pelo *Parquet* de Contas;

Considerando o conjunto fático-probatório das irregularidades perpetradas pelo responsável;

Considerando que a infração em tela caracteriza irregularidade, sujeitando o responsável ao pagamento de multa, referentes itens IV.1 e IV.2, da Decisão Monocrática de 17/03/2020, com fundamento no art. 63, inciso III, da Lei Complementar nº 63/90, bem como os elementos previstos no art. 65, da Lei Complementar Estadual nº 63/90 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas para a fixação do seu *quantum*;

Considerando que, na fixação da multa, devem ser observados, entre outras condições, o exercício da função, a relevância da falta, o grau de instrução do servidor e sua qualificação funcional, assim como se agiu com dolo ou culpa, em respeito ao art. 65, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas; e

Considerando, ainda, que o Regimento Interno desta Corte, nos termos do art. 115, § 3º, inciso II, exige que a Aplicação de Multa seja formalizada por meio de Certidão de Condenação;

**CERTIFICA-SE** que os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, reunidos em Sessão Plenária Ordinária, deliberaram por:

**APLICAR MULTA** ao Sr. Rodolfo Renan de Queiroz Almeida, Secretário Municipal de Saúde de Laje do Muriaé à época dos fatos, no montante de R\$ 12.274,50, equivalente, nesta data, a 3.000 vezes o valor da UFIR-RJ, nos termos do art. 63, inciso III, da Lei Complementar Estadual nº 63/90, a ser recolhida, com recursos próprios, ao erário estadual, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo o responsável comprovar o recolhimento perante esta Corte de Contas, ficando, desde já, autorizada a **COBRANÇA EXECUTIVA**, bem como a expedição de ofício à Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RJ) para inscrição em dívida ativa, após o trânsito em julgado, no caso de não recolhimento.

12- **ATA Nº:** 17

13 - **DATA DA SESSÃO:** 16/05/2022

14 - **PRESIDENTE:** RODRIGO MELO DO NASCIMENTO

15 - **REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS NA SESSÃO:** HENRIQUE CUNHA DE LIMA

**SIMONE AMORIM COUTO**  
Subsecretária das Sessões

Id: 2399726

**CERTIDÃO DE CONDENAÇÃO Nº 651/2022**

- 1 - **PROCESSO:** 207952-1/18
- 2 - **ASSUNTO:** APLICAÇÃO DE MULTA
- 3 - **RESPONSÁVEL:** LUCIANO RAMOS PINTO
- 4 - **UNIDADE:** PREFEITURA DE CORDEIRO
- 5 - **NATUREZA:** CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO
- 6 - **RELATOR:** MARCELO VERDINI MAIA
- 7 - **REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** HENRIQUE CUNHA DE LIMA
- 8 - **ÓRGÃO DECISÓRIO:** PLENÁRIO VIRTUAL
- 9 - **ACÓRDÃO:** 78235/2022-PLENV
- 10 - **ÓRGÃO DE INSTRUÇÃO:** 3ª CAP - COORDENADORIA DE ANÁLISE DE ATOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTRO
- 11 - **CONDENAÇÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de contratos de trabalho por prazo determinado celebrados pela Prefeitura Municipal de Cordeiro. **CERTIFICO** que os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, **DECIDIRAM**, nos termos do respectivo acórdão, pela **APLICAÇÃO DE MULTA** ao Sr. Luciano Ramos Pinto, prefeito Municipal de Cordeiro à época das contratações, no valor de R\$ 16.366,00 (dezesseis mil, trezentos e sessenta e seis reais), equivalentes nesta data a 4.000 UFIR/RJ - 2022, nos termos do art. 63, inciso II, da Lei Complementar RJ nº 63/90, **DETERMINANDO-SE**, desde logo, a **COBRANÇA JUDICIAL**, nos termos do art. 3º da Deliberação TCE-RJ nº 267/16, inclusive com a expedição de ofício, caso a presente multa não venha a ser recolhida no prazo regimental e a continuidade do processo no que se refere ao aguardo do recolhimento da sanção.

12- **ATA Nº:** 17

13 - **DATA DA SESSÃO:** 16/05/2022

14 - **PRESIDENTE:** RODRIGO MELO DO NASCIMENTO

15 - **REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS NA SESSÃO:** HENRIQUE CUNHA DE LIMA

**SIMONE AMORIM COUTO**  
Subsecretária das Sessões

Id: 2399727

**CERTIDÃO DE CONDENAÇÃO Nº 652/2022**

- 1 - **PROCESSO:** 207952-1/18
- 2 - **ASSUNTO:** APLICAÇÃO DE MULTA
- 3 - **RESPONSÁVEL:** VANIA LUCIA VIEIRA HUGUENIN
- 4 - **UNIDADE:** PREFEITURA DE CORDEIRO
- 5 - **NATUREZA:** CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO
- 6 - **RELATOR:** MARCELO VERDINI MAIA
- 7 - **REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** HENRIQUE CUNHA DE LIMA
- 8 - **ÓRGÃO DECISÓRIO:** PLENÁRIO VIRTUAL
- 9 - **ACÓRDÃO:** 78235/2022-PLENV
- 10 - **ÓRGÃO DE INSTRUÇÃO:** 3ª CAP - COORDENADORIA DE ANÁLISE DE ATOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTRO
- 11 - **CONDENAÇÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de contratos de trabalho por prazo determinado celebrados pela Prefeitura Municipal de Cordeiro. **CERTIFICO** que os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, **DECIDIRAM**, nos termos do respectivo acórdão, pela **APLICAÇÃO DE MULTA** à Sra. Vânia Lucia Vieira Huguenin, Secretária Municipal de Saúde do Município de Cordeiro à época das contratações, no valor de R\$ 2.045,75 (dois mil, quarenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), equivalentes nesta data a 500 UFIR-RJ - 2022, nos termos do art. 63, inciso II, da Lei Complementar RJ nº 63/90, **DETERMINANDO-SE**, desde logo, a **COBRANÇA JUDICIAL**, nos termos do art. 3º da Deliberação TCE-RJ nº 267/16, inclusive com a expedição de ofício, caso a presente multa não venha a ser recolhida no prazo regimental e a continuidade do processo no que se refere ao aguardo do recolhimento da sanção.

12- **ATA Nº:** 17

13 - **DATA DA SESSÃO:** 16/05/2022

14 - **PRESIDENTE:** RODRIGO MELO DO NASCIMENTO

15 - **REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS NA SESSÃO:** HENRIQUE CUNHA DE LIMA

**SIMONE AMORIM COUTO**  
Subsecretária das Sessões

Id: 2399728

**CERTIDÃO DE CONDENAÇÃO Nº 653/2022**

- 1 - **PROCESSO:** 207952-1/18
- 2 - **ASSUNTO:** APLICAÇÃO DE MULTA
- 3 - **RESPONSÁVEL:** LETÍCIA RAMOS REIS DO NASCIMENTO
- 4 - **UNIDADE:** PREFEITURA DE CORDEIRO

- 5 - **NATUREZA:** CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO
- 6 - **RELATOR:** MARCELO VERDINI MAIA
- 7 - **REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** HENRIQUE CUNHA DE LIMA
- 8 - **ÓRGÃO DECISÓRIO:** PLENÁRIO VIRTUAL
- 9 - **ACÓRDÃO:** 78235/2022-PLENV
- 10 - **ÓRGÃO DE INSTRUÇÃO:** 3ª CAP - COORDENADORIA DE ANÁLISE DE ATOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTRO
- 11 - **CONDENAÇÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de contratos de trabalho por prazo determinado celebrados pela Prefeitura Municipal de Cordeiro. **CERTIFICO** que os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, **DECIDIRAM**, nos termos do respectivo acórdão, pela **APLICAÇÃO DE MULTA** à Sra. Letícia Ramos Reis do Nascimento, Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Município de Cordeiro à época das contratações, no valor de R\$ 6.137,25 (seis mil, cento e trinta e sete reais e vinte e cinco centavos), equivalentes nesta data a 1.500 UFIR/RJ - 2022, nos termos do art. 63, inciso II, da Lei Complementar RJ nº 63/90, **DETERMINANDO-SE**, desde logo, a **COBRANÇA JUDICIAL**, nos termos do art. 3º da Deliberação TCE-RJ nº 267/16, inclusive com a expedição de ofício, caso a presente multa não venha a ser recolhida no prazo regimental e a continuidade do processo no que se refere ao aguardo do recolhimento da sanção.

12- **ATA Nº:** 17

13 - **DATA DA SESSÃO:** 16/05/2022

14 - **PRESIDENTE:** RODRIGO MELO DO NASCIMENTO

15 - **REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS NA SESSÃO:** HENRIQUE CUNHA DE LIMA

**SIMONE AMORIM COUTO**  
Subsecretária das Sessões

Id: 2399729

**PAUTA ESPECIAL Nº 187/2022**

Na forma do disposto no art. 123 e seus parágrafos do Regimento Interno, aprovado pela Deliberação TCE nº 167, de 10 de dezembro de 1992, foram incluídos - em decorrência do despacho exarado pelo Relator - em Pauta Especial, para julgamento pelo Tribunal de Contas, em **Sessão de 22/06/2022**, os seguintes processos:

**RELATORA: CONSELHEIRA MARIANNA MONTEBELLO WILLEMAN**

**Processo TCE nº 250.179-5/2001** - APOSENTADORIA/PREFEITURA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/Recurso de Revisão interposto por MARIA DA GLÓRIA GOMES RANGEL

**Processo TCE nº 250.292-3/2001** - APOSENTADORIA/PREFEITURA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/Recurso de Revisão interposto por MARIA DO CARMO BRANDÃO DA SILVA

Id: 2399494

**Gabinetes****DECISÃO MONOCRÁTICA**  
(art. 131-A do Regimento Interno)  
08/06/2022

**CONSELHEIRA MARI**